

**TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE TERENA DA
COMUNIDADE DE ALDEINHA (1933-1984)**

***TERRITORIALIZATION AND TERRITORIALITY TERENA OF THE
COMMUNITY OF ALDEINHA (1933-1984)***

Dra. Noêmia Santos Pereira Moura (UFGD)
Msc. Edmundo Pires (SESAI/MS)

RESUMO

Evidenciamos a territorialização Terena na *Comunidade de Aldeinha*, (1933 a 1984). Para alcançar os objetivos propostos em nossa pesquisa utilizamos fontes escritas e orais e privilegamos o contato com interlocutores anciãos. Os conceitos de territorialidade de Little (2002), juntamente com o conceito de territorialização de Pacheco de Oliveira (1996), foram referenciais na análise da história de Aldeinha. Desse modo, procuraremos demonstrar que Aldeinha pode ser considerada como uma nova forma de assentamento Terena, marcada pelo protagonismo do grupo fundador. Constituiu-se na tentativa de construção de maior autonomia territorial e organizacional em relação ao Estado e sua política de criação de Reservas Federais. Sua distribuição espacial, bem como as ações e relações desenvolvidas naquele lugar marcam a territorialidade do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Protagonismo; Terena; Territorialização; Territorialidade; Aldeinha.

ABSTRACT

We evidence the territorialization Terena the Community of Aldeinha, (1933-1984). To achieve the objectives proposed in our research we used written and oral sources and privileged contact with elders speakers. The Little (2002) concepts of territoriality, along with the concept of territorial Pacheco de Oliveira (1998), were benchmarks in analyzing the history of Aldeinha. Thus, it will seek to demonstrate that Aldeinha can be considered as a new form of Terena settlement, marked by the leadership of the founding group. It consisted in an attempt to create greater territorial and organizational autonomy from the state and its policy of creating Federal Reserve. Their spatial distribution, as well as the actions and relationships developed there mark the group territoriality.

KEYWORDS: Protagonists; Terena; Territorialization; Territoriality; Aldeinha.

Introdução

No presente artigo pretendemos focar uma situação de territorialização indígena, cujo grupo familiar protagonista migra de uma Reserva e retorna para uma área de ocupação tradicional Terena. Os sujeitos históricos são membros da família Jorge Delgado da Silva e se constituirão em fundadores de um agrupamento indígena na margem esquerda de Aquidauana - MT, Brasil, reconhecido pelos não índios como *bairro Aldeinha*, *Aldeinha dos crentes* ou ainda *Comunidade de Aldeinha*, tal como aparece na literatura antropológica (OLIVEIRA,

· Professora adjunta da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais (UNICAMP) e pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

· Licenciado e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS/UFGD), pesquisador na etnia Terena e servidor público da Secretaria de Saúde Indígena. E-mail: edmundodd@hotmail.com

1976). Investigamos, portanto, o processo de territorialização Terena na Comunidade de Aldeinha, criada em 1933, na qual os indígenas vivem até os dias atuais. Por meio século (1933 a 1983) conviveram com os não indígenas realçando a identidade religiosa protestante e em 1984 iniciaram a luta fundiária pelo reconhecimento da Aldeia Terena Aldeinha. No entanto, vamos abordar nesse texto o primeiro período no qual os indígenas fundaram e consolidaram a Comunidade de Aldeinha.

Para alcançar os objetivos propostos em nossa pesquisa utilizamos fontes escritas e orais e privilegiamos o contato com interlocutores anciãos, que sempre estiveram comprometidos em contar a história de seu povo. A abordagem está focada nos discursos e nas pessoas, pois acreditamos que as fontes orais são fundamentais na pesquisa da História Indígena. Assim, a utilização de ambas as fontes (orais e escritas) nos possibilitaram trilhar caminhos por elas apontados, a partir de acontecimentos que marcaram o processo.

Os conceitos de territorialidade de Little (2002), juntamente com o conceito de territorialização de Pacheco de Oliveira (1998), foram por nós acionados como guias referenciais na análise da história de Aldeinha. O conceito de territorialidade permite pensar a relação com o espaço, ou sua produção, expressa nas ações das lideranças das famílias que formaram a Comunidade de Aldeinha. As ações manifestam-se num leque de estratégias de controle social que se pretende ter sobre o território, e que caminha no sentido da identificação com esse território específico, vinculando-se à história dessa comunidade. Assim, o espaço não é apenas geográfico, no sentido stricto do termo, é também espaço de produção social. Não é só um espaço biofísico, ele é um produto da interação do homem com esse ambiente, na qual o homem produz, molda o espaço de acordo com seus interesses, sua organização social, sua cosmovisão. E o conceito de territorialização nos reporta as relações do povo indígena com o Estado brasileiro e os não indígenas.

Pacheco de Oliveira (1998, p.55) define territorialização como um processo de reorganização social que abrange quatro fatores básicos: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a construção de mecanismos políticos estabelecidos; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e ao final; 4) a reelaboração da relação com o passado em consideração com o presente e a projeção do futuro da coletividade. Todos os fatores são observados nessa situação em tela. O processo de territorialização está relacionado com o contexto intersocietário de conflito e disputas pelo acesso a terra, onde novas condutas territoriais surgem com a invasão das terras pelas frentes de expansão agropastoris da sociedade

nacional, de modo que a defesa do território se torna vital. Por sua vez, Paul Little define o conceito de territorialidade como sendo “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou homeland” (2002, p.2).

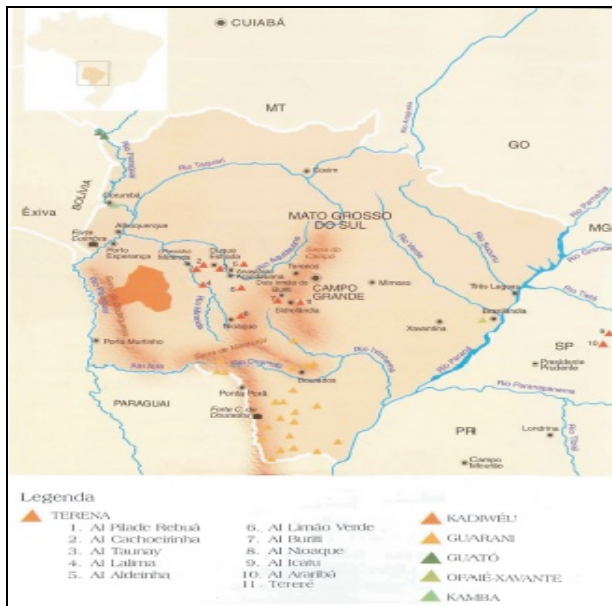
Desse modo, ancorados nesses conceitos e nessas fontes, procuraremos demonstrar que a territorialização em Aldeinha pode ser considerada como uma nova forma de assentamento Terena, ou seja, um novo processo de territorialização, marcado pelo protagonismo do grupo fundador. Implica numa tentativa de construção de maior autonomia, tanto territorial como organizacional em relação ao Estado e sua política de criação de Reservas Federais. Sua distribuição espacial, bem como as ações e relações desenvolvidas naquele lugar marcam a territorialidade do grupo.

Para não cairmos na armadilha do anacronismo faremos uma breve contextualização espaço-política da região abrangida e da presença dos Terena no MT/MS.

Os Terena de Mato Grosso e suas relações com o Estado e os demais sujeitos da região

Conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/DSEI/MS (2014), O Estado de Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população indígena do país, aproximadamente 73.295 mil pessoas pertencentes a oito etnias sendo: Guarani, Kaiowa, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Kinikinau, Terena e Atikum. Os Guarani/Kaiowa e os Terena se constituem nas maiores populações indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstra o mapa abaixo.

Mapa 1: Mapa das terras indígena de Mato Grosso do Sul



Fonte: Mapa elaborado por Cíntia Nardo Marques e Claudete Cameschi de Souza (2009).

Na atualidade, os Terena estão distribuídos em 32 aldeias com uma população estimada em 23.555 pessoas. Os Terena vivem hoje em um território descontínuo, espalhados e cercados por fazendas em oito municípios: Miranda, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque, Anastácio e Rochedo. Há famílias morando também em Dourados, na aldeia Jaguapirú, na Terra Indígena Francisco Horta Barbosa, mais conhecida como Reserva de Dourados (RID); em Porto Murтинho, Terra Indígena Kadiwéu e no interior de São Paulo, na Terra Indígena Araribá. Além dessa população “aldeada”, existem em Campo Grande ao menos três bairros ou “aldeias urbanas” habitadas pelos Terena, dentre as quais a Marçal de Souza, Darcy Ribeiro, conhecida também como “noroeste” e Água Bonita, habitadas por cinco etnias diferentes (SESAI, 2014). Famílias Terena também vivem em vários outros estados da federação, apontando para a característica de intensa expansão de suas formas de interação com a sociedade nacional (SESAI, 2014).

Antes do leitor se confundir com as nomenclaturas de municípios e estados nos quais se situam as Reservas Indígenas Terena queremos apontar alguns elementos para facilitar a leitura geográfica da região, cujo mapa político vai se alterando com o aumento demográfico da região Centro-Oeste. Evidenciamos que a unidade federativa do Brasil é composta por municípios e estados e na medida das negociações e conflitos vai se rearranjando político-juridicamente e dando origem a outras unidades que no processo histórico vão se fortalecendo e reivindicando autonomia. O Estado de Mato Grosso, cujo território foi herdado da Província de Mato Grosso, assim persistiu até o ano de 1977, quando foi desmembrado nos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul. A população Terena, em sua maioria, ficou localizada no Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Por sua vez, o município de Aquidauana,

que nasceu no Mato Grosso uno, ficou pertencendo ao Estado de MS e também se desmembrou várias vezes nos últimos sessenta anos. Emancipou-se de Aquidauana o município de Anastácio (1965), mais conhecido como a margem esquerda do Rio Aquidauana. Por sua vez, Anastácio foi dividido originando o Município de Dois Irmãos do Buriti. Faz-se necessária essa contextualização, pois a Reserva de Buriti, de onde saiu a família fundadora da Comunidade de Aldeinha está localizada atualmente nos municípios de Dois Irmãos de Buriti - MS e Sidrolândia – MS e a Comunidade de Aldeinha encontra-se localizada no Município de Anastácio-MS. O Estado brasileiro, portanto, é responsável direto pela política de territorialização interna e essas reorganizações espaço-políticas implicam diretamente nos processos de assentamentos dos indígenas, que procuram dentro de sua lógica cultural compreender as esferas de poder com as quais se enfrentam e negociam e suas constantes remodelagens.

Na primeira metade do século XX, ocorreram alguns fatos marcantes no processo histórico dos Terena que contribuíram para o estreitamento do contato interétnico. Tais fatos se refletem na formação da Comunidade de Aldeinha (1933) e, conseqüentemente, na da Aldeia Aldeinha (1984). No início da relação mais intensa com o Estado nacional, os Terena foram parcialmente incorporados como trabalhadores nacionais por Cândido Mariano da Silva Rondon, na construção da rede telegráfica e depois da malha ferroviária Noroeste do Brasil e enquanto trabalhadores regionais pelos fazendeiros. As redes interligaram o Extremo Oeste do País com a Amazônia Ocidental, o que proporcionou o deslocamento dos Terena por vastos territórios. Muitos Terena acompanharam Rondon até Ponta Porã e Bela vista, tendo em seguida se incorporado em outras atividades em estabelecimentos rurais na região fronteira e depois se recolherem na Reserva de Dourados, demarcada em 1917, ou retornaram às Reservas demarcadas no interior de seu território de ocupação tradicional.

A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ocorreu em 1910. O órgão indigenista oficial nascente engendrou uma política assistencialista que, de certa forma, favoreceu o grupo indígena através da demarcação das Reservas Federais. Favoreceu porque até então estes índios havia, desde o episódio da guerra contra o Paraguai (1864-1870), perdido seus antigos territórios. Isto porque ao final do conflito, suas aldeias foram ocupadas por ex-combatentes desmobilizados, que não retornando aos seus locais de origem, se estabeleceram na região, dando início à formação das fazendas.

A perda das bases territoriais afetou a organização Terena. Conforme relato circunstancial redigido por Azanha (2005) os assentamentos indígenas foram invadidos com a anuência do Estado.

O pós-guerra é a época em que se inicia a reorganização do espaço territorial na zona do conflito, com a regularização fundiária em prol dos novos ocupantes. Este grande empreendimento de reordenação territorial e consolidação da fronteira só foi possível graças à "liberação" das terras indígenas e o uso compulsório da sua mão-de-obra. E os Terena contemporâneos conhecem esse período - e que para eles se estenderia do pós-guerra imediato à criação das Reservas - como o *tempo da servidão*. (AZANHA, 2005, p. 19).

Nesse sentido, vai haver uma profunda mudança no *modus vivendi* dos Terena, principalmente no tocante aos seus costumes e tradições, os quais se embasavam nas trocas recíprocas de produtos, com autossuficiência econômica e política. Da autonomia econômica os Terena passaram à situação de exploração de sua mão-de-obra, nas fazendas e nas cidades. Com as Reservas os indígenas reconstituíram-se sócio-político-culturalmente introduzindo novas pautas culturais na tentativa de manter seu *ethos*¹ e sua identidade enquanto povo (MIRANDA, 2006, p.29). No relatório do General Cândido Mariano da Silva Rondon consta que entre os anos de 1900 e 1906 os Terena eram explorados pelos regionais.

São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva a seu patrão os cabelos da cabeça (...) Nenhum "camarada de conta poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize". E, se tem ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte, em tudo figurando a política como participante de tais atentados. (RONDON, 1949, p. 83).

O período histórico ficou marcado para os Terena como de "cativeiro indígena" e estende-se até a formação das Reservas, sendo que as primeiras foram demarcadas em 1905, seguidas pelas demais (VARGAS, 2003). Alguns anciãos tem uma lembrança positiva da vivência nas fazendas. Recordam-se das relações amistosas e de compadrio com os fazendeiros e seus familiares. É o caso de um dos fundadores da Comunidade de Aldeinha que foi criado na fazenda de seu padrinho e herdou seu sobrenome. Trata-se de José da Costa, mais conhecido como José Coureiro.

¹ Pode ser definido como o conjunto de características morais e estéticas que definem os valores sociais de um determinado grupo.

Naquele período, portanto, ocorreram relações conflituosas, mas também de alianças entre os Terena e os regionais. A negociação sempre foi um traço cultural marcante desta etnia, que desde o período da colonização já produzia uma relação amistosa com os soldados, com os colonos e com os índios de outras etnias, conduta esta obviamente utilizada como estratégia na defesa de seus interesses políticos e sociais. Entretanto, essa abertura à exterioridade foi muitas vezes apropriada por particulares que tinham interesses contrários aos das lideranças Terena. Deve ser levado em conta que essas tratativas e tentativas de alianças sempre se desenvolviam num ambiente de radical desigualdade de poder.

Os Terena muito contribuíram no processo de povoamento da região. Produziram bens de consumo para os regionais e, também, foram mão-de-obra nas fazendas de criação de gado, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na construção das linhas telegráficas na região (CARVALHO, 1992, p. 471). Situação essa assistida pela Política Indigenista predominante até fins do século XIX e início do século XX. Sendo que a preocupação do Estado Imperial se voltara para a pacificação/civilização dos grupos tribais bravos desta região. Desta forma, os regionais e as chefias de postos se apossaram não somente das terras que os indígenas ocupavam, como também de sua mão-de-obra,

Os Terena, considerados mansos, participaram de ações estatais orientadas para a civilização de outras etnias, consideradas bravas. Desta forma, os Terena interagiram intensamente com a política indigenista do governo brasileiro, estabelecendo trocas de favores entre essas sociedades. Este modelo de política de estado se estenderá por quase todo século XX (VARGAS, 2011, p.69-70). Entretanto, essa ação colaboracionista não resultou em garantias territoriais significativas.

Com a conformação das Reservas indígenas a partir de 1905, os Terena foram chamados pelos soldados da Missão Rondoniana e depois pelo SPI, para povoá-las. Neste momento de reorganização, os indígenas vivenciariam o processo de recomposição dos coletivos indígenas. Havia entre as famílias que se reagrupavam muitas diferenças, dadas às diversas experiências vividas, que resultaram em uma formação heterogênea das reservas. Isto porque no processo de reservamento, cada indivíduo, ou cada família, levava consigo o acúmulo das experiências de contato, adquiridas em décadas de contatos com os regionais, além de pertencerem a coletivos distintos (MOURA, 1994).

A situação descrita acima auxilia a compreensão na medida em que destaca que a introdução dos indígenas deslocados compulsoriamente das fazendas em que se encontravam, para os locais de acomodação, causa significativa alteração no padrão demográfico dos

Terena. Este fenômeno dá origem a uma nova conformação sócio-política. Neste novo contexto histórico, são desenvolvidos mecanismos sociais que permitiram a incorporação das famílias que ali chegavam. Conforme Pereira:

Os Terena mantiveram sua organização em Troncos e a dinâmica de formação de redes de alianças entre Troncos, disto resultando as tentativas de conseguirem o reconhecimento da administração do SPI/FUNAI para estas novas redes que passaram a denominar de aldeia, utilizando-se da nomenclatura imposta pela linguagem preponderante na situação de contato (PEREIRA, 2009, p.60).

Ainda com relação ao processo de reservamento dos índios em terras federais, temos que considerar que as Reservas não são produtos exclusivos da política do governo republicano brasileiro. Desde a invasão dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Terena, antes da Guerra contra o Paraguai, as lideranças dessa etnia vivenciaram o processo de territorialização em espaços específicos, denominados nos documentos administrativos e missionários da época como aldeamentos. O processo de territorialização apresenta nos dois casos (o colonial e o republicano) as características definidas por Pacheco de Oliveira (1998), conforme descrito anteriormente.

De acordo com estudos realizados pela historiadora Vera Vargas os Terena também são protagonistas na formação das Reservas Federais Indígenas. Em suas palavras:

A formação das Reservas Indígenas parcialmente atende os interesses dos índios de maneira que as demarcações não são somente o resultado de ação normativa do Estado, mas também da ação política dos índios Terena que buscaram na Comissão de Linhas Telegráficas lideradas por Rondon aliados dentro do aparelho de Estado, no intuito de garantir pelo menos algumas parcelas dos seus antigos territórios. (VARGAS, 2003, p.83)

A historiadora afirma que mesmo os Terena tendo se estabelecido dentro da Reserva continuaram lutando pela homologação da mesma, situação que perdurou por toda a primeira metade do século XX. Portanto, a territorialidade Terena no espaço das Reservas foi configurada a partir do jeito de ser e fazer dessa etnia, ou seja, do *ethos* Terena. A dinâmica de formação das aldeias no interior das Reservas é uma prática dos agrupamentos Terena. A Reserva que era una inicialmente, décadas depois é recortada por aldeias.

Azanha (2005) reconhece o protagonismo dos Terena acrescentando que uma de suas estratégias foi à busca de novos espaços para o exercício de sua reprodução e sobrevivência. Destaca que:

A situação de confinamento em Reservas ao mesmo tempo em que acarretou a perda da autonomia política (dado que submeteu os índios à dependência

política do chefe branco do posto do SPI e, depois, da FUNAI), foi transformada pelos Terena na base territorial necessária para a atualização e manutenção do *ethos* tribal; *sua integração à estrutura econômica* compensou de certa forma a perda da autossuficiência econômica e, finalmente, a urbanização crescente de parte de sua população, foi a resposta encontrada pelos Terena às limitações (políticas, sociais e econômicas) reinantes na situação de Reserva. Portanto, poderíamos compreender as novas pautas sociais engendradas pelos Terena “modernos” como derivadas da estratégia de um povo na busca de novos espaços para o exercício da sua sobrevivência enquanto tal. (AZANHA, 2005, p. 20) .

Apesar de o SPI, e depois a FUNAI, ter executado a concentração dos Terena em um espaço diminuto de terra em relação à sua densidade populacional, a criação das Reservas, naquele contexto, foi estratégica para os Terena e para o governo brasileiro. Para os indígenas, foi legitimado um espaço que consideravam seu, embora fosse um espaço pequeno, e, na perspectiva do Estado, resolvia-se momentaneamente o problema com os índios, os quais consideravam um obstáculo ao progresso. Com o crescimento populacional indígena, verificou-se a inviabilização da sobrevivência Terena naquela área restrita, uma vez que dependiam fundamentalmente do cultivo do solo. Assim, as próprias condições de produção da sobrevivência os impulsionaram a buscar a complementação de suas necessidades trabalhando fora da Reserva. Isso porque a demanda de necessidades, criada pela sociedade envolvente, era muito superior às condições de consumo proporcionadas pelas relações de produção dentro das aldeias (MOURA, 2001, p.35).

A mobilidade dos Terena entre as reservas se constata por diferentes situações ocasionadas, na maioria das vezes, pela multiplicidade de experiências adquiridas anteriormente ao processo de reservamento, o que ocasiona tensionamentos em diversos setores da organização social Terena. Outra situação a ser considerada é a atração exercida pelas cidades sobre essa etnia, quando os indígenas percebem que nas aldeias mais próximas dos centros urbanos encontram melhores condições de trabalho, bem como menor dificuldade no acesso a assistência à saúde e a educação de seus filhos. Sem condições de produzir a sobrevivência nas aldeias das reservas, parte da população masculina é forçosamente impelida a sair da área indígena para trabalhar no mercado de trabalho regional, nas usinas canavieiras, na extração da erva mate e em atividades agropecuárias. Conforme afirmação de Lima (1992) é provável que o Estado tivesse outros propósitos com as reservas ao invés de beneficiar os indígenas.

As Reservas constituíram-se em celeiros de mão-de-obra, porém não corresponderam às necessidades de sobrevivência cultural e física das

famílias. Além de não resolverem os problemas dos índios relacionados à exploração da sua mão-de-obra pelos fazendeiros. Talvez, nem era mesmo essa a meta estabelecida pelo governo, pois pretendia liberar o território, pela via política, para que se abrissem as portas para a entrada do progresso e da civilização. (LIMA, 1992, p.156).

A partir da demarcação das Reservas intensificam-se os conflitos entre índios e não índios pela disputa do território. Tais conflitos se estendem até os dias atuais. A demarcação das Reservas indígenas, embora não respeitasse a lógica indígena sobre a produção de sua territorialidade, permitiu que dispusesse de algum espaço para viverem sob o controle do Estado brasileiro (VARGAS, 2011). A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), finalizada em 1914, somada ao processo de territorialização dos Terena em áreas federais, realizado pelo governo, dá início a um novo processo de territorialização que se estende até o presente.

Outro fator que se configurou como impactante para os Terena reservados no início do século XX foi a chegada de uma nova concepção de religião cristã, representada pelo protestantismo da *Inland South American Indian Mission*, a partir de 1913. Desde o período colonial, os Terena conheciam o cristianismo, embora fosse o catolicismo de feições populares, herdado de suas experiências históricas de missões realizadas por padres católicos e da interação com regionais. Após 1913, passam por uma expressiva conversão ao protestantismo, dividindo o espaço de suas comunidades com segmentos Terena católicos e com os praticantes da religião indígena. A temática é trazida ao texto por ter sido um dos pretextos do conflito na Reserva de Buriti que motivou a saída da família do índio Neco de lá na década de 1930 (MOURA, 2001).

A Aldeinha é mencionada pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira na década de 1950 em sua obra *Do Índio ao Bugre: O processo de Assimilação dos Terena* (1976). O autor refere-se aos seus habitantes como ‘gente da aldeinha’, na época composta por 39 famílias de índios Terena e mestiços, perfazendo uma população de quase 250 indivíduos. Segundo registros etnográficos, nessa época, a comunidade residia em zona suburbana de Aquidauana, localizada a dois quilômetros da margem esquerda do rio homônimo à cidade, sendo que ali estavam desde 1933.

Na ocasião, o estudioso informa que os irmãos Gregório (Neco), Sebastião e José que estariam de passagem por Aquidauana, após saírem de Buriti, decidiram comprar umas terras, por insistência de uma irmã que já morava em Aquidauana (OLIVEIRA, 1976). Esse registro evidenciava que o local do assentamento da Comunidade de Aldeinha não era inteiramente

novo para os Terena e, principalmente, para a família do Índio Neco, que tinha laços de compadrio e camaradagem com os fazendeiros da região desde tempos pretéritos. Ao saírem da Reserva Buriti vieram ao encontro dos parentes que continuaram no local, próximo às fazendas Conceição e Santa Maria.

Na década de 1950, Cardoso de Oliveira produziu sua etnografia dando destaque ao fenômeno da mobilidade Terena *inter* reservas que, segundo averiguou, ocorria por diversos fatores. Dentre estes, apontou os conflitos estabelecidos entre famílias recolhidas nas Reservas. No caso em tela, a criação do assentamento da Comunidade de Aldeinha, segundo depoimentos indígenas acessados, decorreu de uma situação de conflito político-religioso em Buriti.

A família do Terena Neco deslocou-se da Aldeia Buriti após a conversão de parte de sua família ao protestantismo e assentou-se na margem esquerda de Aquidauana, que a partir de 1965 passou a denominar-se Município de Anastácio. A cisão é desencadeada pela conversão religiosa, mas o pano de fundo poderiam ser disputas políticas entre parentelas ou Troncos familiares assentados na Reserva. Nessa condição, os indígenas estariam submetidos ao poder tutelar do SPI, expresso na obrigação de seguir a orientação do chefe de posto e do líder indígena oficial (capitão) indicado pelo órgão.

As dificuldades de relacionamento entre famílias que viviam nas Reservas não devem ser tributadas a supostas dificuldades inatas dos indígenas, no sentido de incapacidade para a construção de condutas coletivas mais harmônicas. Acontece que as Reservas surgiram, como foi dito anteriormente, com o propósito explícito de funcionar como espaço de recolhimento para um grande número de famílias extensas, que viviam como trabalhadoras nas fazendas. Como área de acomodação, as Reservas passam a recolher famílias pertencentes a comunidades políticas distintas e mesmo a etnias distintas. Juntamente com os Terena se assentaram nas Reservas membros das etnias Kinikinau, Laiana, entre outras, o que gerou muitos tensionamentos e cisões nos arranjos políticos impostos a partir do órgão tutor. Tais tensões resultavam em conflitos entre famílias e foram os responsáveis por constantes deslocamentos, como o que aconteceu com a família Jorge Delgado da Silva.

É interessante frisar que a FUNAI deu continuidade à política integracionista do SPI até a publicação da Constituição Cidadã de 1988, quando passa por uma reestruturação interna. Caracterizou-se mais por amenizar crises e problemas emergenciais, do que pela construção de um planejamento sequencial, com metas estabelecidas a curto, médio e longo prazo, como também foi marcada por linhas distintas dos administradores à frente do órgão.

Constituíram-se momentos de abertura ao diálogo com instituições identificadas com a problemática indígena e outros de total isolamento (EVANGELISTA, 2004, p.25). É nesse ambiente de política indigenista oficial que se desenvolveu o processo de territorialização do agrupamento Terena na Comunidade de Aldeinha.

A formação e consolidação da Comunidade de Aldeinha (1933-1984)

A família de Neco, fundadora da Comunidade de Aldeinha, cujo nome era Gregório Delgado da Silva, foi atraída para a situação de Reserva na década de 1920. A família era composta pelo Tronco Jorge, da parte de Umbelina Jorge (sua mãe) e pelo Tronco Delgado da Silva, da parte do pai ². Em 1924, mais precisamente, a família de Neco se divide entre as Reservas de Buriti (atualmente no município de Dois Irmãos do Buriti-MS), Brejão (atualmente no município de Nioaque-MS), Cachoeirinha (município de Miranda-MS) e Limão Verde (município de Aquidauana-MS). Neco, a mãe, o irmão Sebastião Delgado da Silva, a tia Guilhermina da Silva, seus tios maternos e o primo Aurélio Jorge se deslocaram para a Reserva Buriti, na qual se constituiriam enquanto um dos Troncos fundadores.

Na vivência na Reserva de Buriti, de 1924 a 1933, a família Jorge Delgado da Silva adquiriu estabilidade financeira e foi reconhecida como uma das famílias fundadoras mais prósperas. A parentela possuía gado, cavalo, casa de farinha, engenho de cana, entre outros bens, segundo José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge (Entrevista nº 1 com José Coureiro e Aurélio Jorge, apud PIRES, 2015, p. 50). Sua influência política fazia com que muitas outras famílias os seguissem em suas opções, fossem essas religiosas, sociais ou políticas. Ao converterem-se ao protestantismo, Umbelina Jorge e o índio Neco sabiam que consigo levariam outras pessoas. Foram contra a religiosidade Terena e a religiosidade católica e seus parentes não aceitaram a conversão.

A decisão de conversão ao protestantismo foi da anciã da família – Dona Umbelina Jorge, que foi acompanhada pelo filho mais velho que estava na Reserva – o índio Neco. Com a conversão, Buriti se dividiu em grupos de famílias católicas e de crentes e essa divisão foi permeada por disputas e ameaças. Na narrativa de Felicina Silva Paulo, recolhida pela pesquisadora Sandra Souza (2009), aparece com muita evidência o conflito político-religioso que se instaura em Buriti. A dissidência religiosa se deu por dentro da família Jorge Delgado

² Os filhos Terena recebem, em sua maioria, o sobrenome do pai. Neco não foge ao padrão. Somente na terceira geração do fundador Neco é que alguns de seus netos e bisnetos são nomeados com os sobrenomes do pai e da mãe (Souza, 2009).

da Silva. Segundo Felicina, seu pai índio Neco era filho de *purungueiro* famoso na Reserva e não aceitou a conversão da nora e do filho. Entre os Terena, *Purungueiro* é o mesmo que *koixomuneti* ou médico feiticeiro, que nos estudos antropológicos normalmente recebem a denominação de xamã (MOURA, 2001).

Os conflitos político-religiosos se ampliaram para outras Reservas com o passar dos anos, bem como para as cidades nas quais se estabeleciam núcleos de famílias indígenas protestantes. Na situação de Buriti os católicos e os purungueiros colocaram parte da família Jorge Delgado da Silva para fora.

O credo protestante foi sustentado pelos indígenas convertidos que, para evitarem maiores conflitos, decidiram deixar a Reserva Buriti rumo à outra Reserva. Os Terena, tal como afirmado por Oliveira (1976), não permanecem em um determinado lugar quando se sentem ameaçados. Preferem negociar e resolver as situações de conflito com o diálogo. Quando isso não é possível se veem obrigados a procurar outro assentamento. Na situação de ameaça em que se encontrava na Reserva Buriti o grupo se viu coagido a se retirar do local.

A intenção inicial da família Jorge Delgado da Silva era de reassentar-se na Reserva de Cachoeirinha, na qual tinha parentes. Contudo, ao chegar a Aquidauana, foram muito bem acolhidos pelos antigos patrões e pelo filho de Umbelina Jorge, José Coureiro da Costa. Permaneceram nas posses da Fazenda Santa Maria de propriedade do pai de criação de José Coureiro, Manequinho da Costa.

Então ele ficou aqui, na margem esquerda, naquele tempo era margem esquerda do Rio Aquidauana, não era Anastácio, como é hoje não. Então ficou. Vendeu o gadinho e comprou essas terra aqui, com os primo dele. Ai hoje é Aldeinha, né. Então, ele ficou um ano aqui, orando embaixo de um pé de Cedro grande, toda noite, reunia o pessoal e cantava bastante, pedia missionário para ensinar a gente. Não tinha ninguém. Ele era o líder, então, mas não sabia muita coisa não. Então depois de um ano Deus mandou missionário, e construíram igreja no terreno ali do meu pai. Hoje é lá a Igreja Uniedas de Anastácio, mas antes era Igreja Cristã Evangélica. (Entrevista Felicina da Silva Paulo, 2009, apud SOUZA, 2009, p.84).

A narrativa acima destacada demonstra que parte da área ocupada por sua família e depois pelos patrícios não era de propriedade dos índios. Fica evidente que os indígenas ocuparam e produziram em terras que foram compradas e depois vendidas novamente, mas que desde o início tiveram a presença dos indígenas nesse local. As filhas do índio Neco – Jacinta (mãe de Gedeão); Ruth (mãe de Arildo França); Felicina (mãe de Emílio Paulo) e os filhos – Isaías (primeiro capitão da Aldeia Aldeinha); Jeremias (primeiro vice-capitão da

José Coureiro comprava e vendia para os não-indígenas, mas os novos donos não entravam nos terrenos comprados. Justifica os negócios feitos e desfeitos porque era um errante que bebia, fumava e dançava. Ao se converter o protestantismo, veio definitivamente morar na Comunidade de Aldeinha.

Após a instalação os irmãos consanguíneos de José Coureiro da Costa foram construindo as primeiras casas dentro da Comunidade de Aldeinha. Oliveira (1976), quando de sua passagem em Aldeinha, destacou que “(...) Logo após a instalação dos mesmos dentro da referida área começam a aparecer “patrícios” pedindo permissão para o índio Neco para morarem naquelas terras. Esses índios ficavam todas as noites, postados na entrada cantando hinos religiosos.” (OLIVEIRA, 1976, p. 82). A atividade religiosa tornou esta área conhecida pelos moradores da região como Aldeinha dos “crentes”, conforme informação de Aurélio Jorge (MOURA, 1994).

Nós era crente, fazia leitura da bíblia sagrada de manhã à gente orava a minha tia era mais crente, a dona Umbelina. Então ninguém conhecia trabalho cristão aqui em Aquidauana [ele se referia a margem esquerda], só no outro lado que tinha a Igreja Batista, era piquitinha, quem levantou casa de oração, era um índio meu patrício chamado José Xavier, era um homem de idade, um índio muito acreditado, era crente né, então nos pergunta né, nos saia daqui passava na ponte velha pra assisti trabalho lá, né, na Igreja. Então o povo, por isso que pegou o nome de Aldeinha por causa dos membros da Igreja Batista vinha aqui, então vamos lá na Aldeinha, visitar nossos irmãos, então vinham olhar nossa vida, aconselhar esses índios do grupo, nós não tinha nada, apenas tinha só respeito, muita coragem pra trabalhar plantar muita mandioca, muito feijão plantava moitinha assim de mandioca, não tinha rama quem dava rama era o padrinho do irmão José, o velho Manequinho, quintal dele era muito grande né irmão José? (...) (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994, apud PIRES, 2015, p. 59).

No ano de 1933, o território em que se assentaram os Terena tratava-se de uma área praticamente desabitada em uma pequena cidade da região pantaneira, com toda a natureza conservada e com a vegetação peculiar da região, na qual a questão de terras ainda não era bem definida, devido à baixa densidade demográfica e grandes extensões de terras. Por certo, após ser transformada em fazenda a área foi conservada intacta, pois as fazendas eram extensas. Nessa mesma década, o Estado de Mato Grosso foi um dos centros da política civilizatória do Governo brasileiro, através da Marcha para o Oeste, empreendida na Era Vargas.

A nova situação histórica os isentava de toda e qualquer forma, de agenciamento do Estado imposto pelo processo de territorialização, da forma como conheciam, uma vez que

não estavam ocupando um território reservado pelo Estado brasileiro, como ocorrera quando estavam em Buriti. Ali detinham a propriedade do território que agora estavam ocupando, na margem esquerda de Aquidauana. Ou seja, a partir desse momento, esses índios Terena passam a exercer a sua territorialidade.

Inicialmente se constituíam e se reconheciam enquanto um coletivo indígena relacionado por laços de consanguinidades e afinidades religiosas, fato que os distinguia das coletividades indígenas aldeadas em terras da União, que estavam diretamente subordinados as normas e regras do Estado por estarem concentradas na figura do Chefe do Posto. Tal situação muitas vezes obrigava o índio que queria conquistar seu espaço no “mundo dos brancos” a omitir ou até mesmo negar sua identidade étnica para evitar ou minimizar a discriminação.

A situação apresentada parece indicar que toda interferência externa à comunidade, independente da intenção, pode ser prejudicial à organização estrutural básica dessa comunidade. Por outro lado, a própria comunidade pode atuar sobre essa conjuntura e criar novas formas de convivência e interação com seu entorno. As ações políticas da comunidade de Aldeinha e, em especial de seus líderes, demonstram a capacidade de elaboração e reelaboração de novas estratégias de adaptação a um novo contexto. Desta forma, por um longo tempo a religião, a escola, o posto indígena, o mercado de trabalho, foram os instrumentos mais eficazes de alienação e desestruturação da cultura Terena (MOURA, 1994), porém as famílias, os líderes e os coletivos sempre buscaram entender esse cenário e desenvolver estratégias para se reposicionarem, de modo a defenderem os seus direitos.

No manuseio dos registros cartoriais da cadeia dominial dos 32 hectares comprados pelos indígenas concluímos que as informações acima prestadas por José Coureiro se confirmam. Foram oito certidões expedidas em seu nome pelo Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Comarca de Aquidauana Mato Grosso do Sul, sendo a primeira e segunda datadas de 07 de Agosto de 1937. José Coureiro da Costa aparece como Adquirente de dois lotes para Chácara medindo 400 metros de cada face cada um dos lotes, sendo o transmitente Estevão Alves Corrêa e sua mulher. A terceira certidão trata-se de uma área de nove hectares e duzentos metros na posse Santa Maria onde José Coureiro da Costa aparece como Adquirente e Transmitedor da herança de Joana Leite da Costa, esposa de Manoel Aureliano da Costa, Manequinho. O fato novo trazido pelo Cartório foi a herança recebida por José Coureiro da Costa. Ao invés de 32 hectares, a comunidade de Aldeinha será de quase 41 hectares e duzentos metros. Na divisão com os irmãos, a herança fica à parte. A propriedade

dos 9 hectares e duzentos metros torna-se sua, herdada de seu pai Manequinho. Sua parte é acrescida com sua herança. Portanto, deve ter ficado com umas 20 hectares para si. Após a partilha com os irmãos, José Coureiro continuou a aceitar patrícios agregados.

As demais certidões tratam de cinco transferências feitas por José Coureiro através de vendas a terceiros, sendo três dessas feitas para o cirurgião Dentista Manoel Benedito Teixeira tratando-se de três lotes de 50m x 100m sendo as vendas realizadas em 1959, 1961 e 1963. As outras duas foram para Pedro Francisco um lote medindo 48m x 100m venda realizada em 1959 e o outro para Américo Francisco da Silva, lote medindo 34 x 60m venda realizada em 1964. É importante salientar que os cinco terrenos vendidos por José Coureiro segundo consta das certidões, localizavam-se na Santa Maria, lote de terreno rural situado à margem esquerda de Aquidauana Distrito de Anastácio, ou seja, esses lotes vendidos foram aqueles que ele havia recebido por herança de sua mãe adotiva, pois o seu pai adotivo Manequinho da Costa também já havia falecido.

Confrontando a narrativa de José Coureiro com as certidões emitidas pelo Cartório do 1º ofício é possível perceber que as terras de Estevão Alves Corrêa vendidas em 1933 só são escrituradas em 1937 em nome de José Coureiro da Costa e que, segundo Aurélio Jorge, algum tempo depois ele teria passado as escrituras para seus irmãos Sebastião Delgado da Silva e Gregório Delgado da Silva (índio Neco), conforme pode ser observado na narrativa de Aurélio Jorge quando afirma que:

(...) No começo de Aldeinha era 16 hectares pra lá, 16 pra cá, da Rua 27 de Julho, são 32 hectares de terra. Mas são associados, são três donos, três irmãos: Irmão José, Neco e Sebastião. Depois que irmão José assinou, assinou sozinho lá, lá no cartório e ele pode provar, ele assinou sozinho, mas depois que passou uns dias entregou a escritura do Sebastião, depois passou uns tempos entregou a escritura do Neco, mas assinou os três, porque são associados; mas ele assinou; mas passou escritura pros irmãos dele. (Entrevista nº 1 José Coureiro da costa e Aurélio Jorge, 1994).

Aurélio Jorge relata que comprou parte da área que sua família mora do primo Sebastião Delgado da Silva. E que por esse tempo, os trinta e dois hectares adquiridos por José Coureiro teriam sido divididos entre os três irmãos Delgado da Silva, que eram Gregório (Neco), José Coureiro e Sebastião e depois foram devidamente escrituradas. Quando Sebastião vendeu parte da sua área de terras, pois tinha ido para a Reserva de Limão Verde, foi Aurélio Jorge quem comprou e passou a escritura como evidencia a narrativa abaixo:

(...) Só aquele pedaço da 27 de julho pra lá [Rua 27 de Julho, em direção à Avenida Manoel Murtinho] é de irmão José. Agora pra cá [mostra o sentido 27 de Julho pra Rua Aziz Scaff, antiga Rua Municipal] é dos irmãos dele,

Sebastião e do Neco. Desde que passou uns tempo que casei, casei com a filha do Neco, né, aí comprei esse pedaço. Ele vendeu esse pedaço [Neco]. Passou os tempos, aí comprei esse aqui do Sebastião, mas é bem feito é legalizado. Já foi avaliado pelo engenheiro Dr. Euclides de Farias. (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994, apud PIRES, 2015, p.67).

É interessante salientar o quanto Aurélio Jorge reconhece a importância da legalização das terras com base na escritura registrada em cartório. Por outro lado, é evidente que os irmãos Gregório Delgado compravam e vendiam as terras a outros índios, como no caso de Aurélio Jorge. Contudo, as transações de compra e venda aconteciam também entre os índios proprietários e os não indígenas, embora esse tipo de negociação só venha a se intensificar do final da década de 1970 até os anos iniciais da década de 1990, conforme constatado nos registros cartoriais.

O índio Neco, pelo que pudemos perceber nos documentos cartoriais, não vendeu a parte que lhe tocou na partilha. As vendas passaram a ocorrer depois que o líder faleceu, no período da confecção do inventário.

A comunidade de Aldeinha ficou marcada simbolicamente na história do município de Anastácio a partir da denominação da Rua Índio Neco e das escolas Umbelina Jorge e agora Guilhermina Silva. Neco foi um dos fundadores da comunidade de Aldeinha, juntamente com sua mãe Umbelina Jorge. Guilhermina Silva era sobrinha de Umbelina Jorge e irmã de Aurélio Jorge. É a mãe de Félix da Silva, capitão de aldeia Aldeinha no ano de 2009. Quem se interessar por uma genealogia da família Jorge Delgado da Silva pode encontra-la na tese da pesquisadora Sandra Souza (2009).

O índio Neco conviveu mais diretamente na comunidade de Aldeinha com os filhos Emiliano, Jacinta, Felicina, Isaías, Rute, Jeremias e Elias. Todos se assentaram em terrenos contíguos na comunidade de Aldeinha, nos quais foram permanecendo seus filhos que aos poucos foram crescendo, casando e construindo suas casas ao redor das de seus pais. Ainda habitam a comunidade de Aldeinha os casais Rute/Adalberto França Dias; Isaías Delgado da Silva; Jeremias Delgado da Silva. Os demais faleceram. Contudo, os netos do índio Neco permanecem donos da maioria dos terrenos na comunidade de Aldeinha, bem como os filhos e netos de Aurélio Jorge e de José Coureiro da Costa.

Considerações finais

Os grupos indígenas continuam produzindo suas relações sociais, econômicas e simbólicas no espaço a eles reservado. De ordinário esse processo de territorialização impõe limitações drásticas à produção da territorialidade indígena, gerando um campo fértil para o improviso, a inovação e o desenvolvimento de estratégias de relacionamento com o Estado e com o entorno não indígena.

A discussão feita aqui é que o processo de territorialização nas reservas submeteu a maior parte das comunidades terena, mas nem todas foram submetidas a esse processo até o final da década de 1920. Foi o caso da Reserva de Buriti, cuja população que mesmo sendo coagida se recusou a sair do espaço no qual estava organizada, forçando o reconhecimento da área enquanto reserva. Nesse caso, ocorreu uma demarcação tardia, na qual Buriti foi a última reserva a ser demarcada pelo SPI. A recusa e a demora em reconhecer o território tradicional no qual estavam os grupos de famílias terena ocorreram com outras comunidades.

Naquele período histórico, que era extremamente desfavorável aos indígenas em termos de legislação, de ação do Estado, os Terena conseguiram construir alternativas em relação à Reserva. De alguma forma lograram produzir sua territorialidade, dentro dos condicionantes históricos, políticos e legais da época. Construíram alternativas dentro desse espaço social, mas com todas as limitações que isso implica inclusive a limitação de tentar dispor de espaços rurais por muito tempo.

O caso da Comunidade de Aldeinha foi ímpar porque a origem do assentamento se deu por aquisição de uma parcela de terra pela família Jorge Delgado da Silva. Num primeiro momento, a família foi liderada pelo terena José Coureiro e depois pelo Índio Neco. José Coureiro, irmão do Índio Neco, se identificava com a vida nas fazendas (Conceição, no município de Nioaque e Santa Maria, na margem esquerda de Aquidauana) e não experimentou a vida na Reserva. Dispostos a ocupar espaço no qual dispusessem de mais autonomia para os membros de sua família, os irmãos desenvolveram estratégias próprias de territorialização e territorialidade, inclusive dentro da situação de submissão imposta pela política de territorialização do SPI. Isso demonstra que dentro das limitações impostas pelo processo, eles buscaram construir estratégias através das quais pudessem ter uma movimentação e se reproduzir no território.

É importante destacar como prática da organização social Terena a capacidade do grupo carregar consigo o *ethos* Terena, pois andam sempre acompanhados pelos parentes

quando se deslocam com o objetivo de se (re)estabelecer. Assim, podemos concluir que a Comunidade de Aldeinha é um produto destes deslocamentos e, conseqüentemente, da implantação de novas fundações. As relações de casamento aí se estabeleceram como fruto do planejamento de um novo Tronco, constituído pela família de Neco e sua parentela que, em função da realização dos casamentos, associou-se a outros indígenas que foram chegando (SOUZA, 2009). Anos mais tarde, em 1984, algumas famílias da Comunidade de Aldeinha, conhecidas como agregadas, se veem envolvidas no processo de etnicização da luta fundiária para a constituição da Aldeia de Aldeinha (PIRES, 2015).

REFERÊNCIAS

AZANHA, Gilberto. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. Disponível no site do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 2005. Acessado em 10 de out. 2014.

<http://www.trabalhoindigenista.org.br/biblioteca/textos-online>

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.

CARVALHO, Silvia Maria Schmuziger. Chaco: encruzilhadas de povos e “melting pot” cultural, suas relações com Bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, São Paulo, p.457-474, 1992.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O governo dos índios sob a gestão do SPI*. In: História dos Índios no Brasil. 2. Ed São Paulo: Ed. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, p.155-174, 1992.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, 31p (série antropologia), 2002.

MARQUES, Cintia Nardo & SOUZA, Claudete Cameschi. Memória Terena: História e Língua, Educação Escolar e Cultura, Identidade e Resistência. In: MARQUES, Cintia Nardo & SOUZA, Claudete Cameschi. *Povos Indígenas: mitos, educação escolar e realidade histórico-cultural*. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2001, v.1, p. 177-130.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidade Terena de MS*. 2006. 121p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - UCDB Universidade Católica Dom Bosco.

MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena taunay/ipegue no século XX*. 2009. 312p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Etnologia Indígena) - UNICAMP Universidade Estadual de Campinas.

_____. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte americano pelos terenas (1972-1993)*. 2001. 136p. Dissertação (Mestrado em História). UFMS Dourados.

_____. *Uma aldeia Terena urbana: Aldeinha*. 1994. Monografia (Especialização em História: América Latina) - UFMS/CEUA.

OLIVEIRA, Filho João Pacheco de. *Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In: *MANA*, 4(1):47-77, 1998.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, e representação da identidade étnica*. UFGD, Dourados, 2009.

PIRES, Edmundo. *A história de aldeinha no município de Anastácio Mato Grosso do Sul e sua inserção no processo de territorialização terena (1932-2014)*. 2015. 110 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados).

SOUZA, Sandra Cristina de. *Aldeinha: Onde é mesmo a aldeia? Organização Social e Territorialidade*. 2009. 149p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC, São Paulo.

Números da Saúde Indígena. [online] disponível:

<http://www.brasil.gov.br/saude/2015/07/saude-indigena-numeros-do-ministerio-da-saude/view> acesso em 04 de out. de 2014.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira. *A dimensão sociopolítica do Território para o Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*. 2011. 187 p. Tese (Doutorado em história social) UFF/ Universidade Federal Fluminense, RJ.

_____. *A construção do território terena (1870-1996): Uma sociedade entre a imposição e a opção*. 2003. 160p. Dissertação (Mestrado em História) UFMS/ Dourados.

Recebido em: 29/08/2015
Aprovado em: 04/12/2015